MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

OS INTERESSES ESTRATÉGICOS DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

THE STRATEGIC INTERESTS OF BRAZIL IN MOZAMBIQUE AT THE BEGINNING OF THE XXI CENTURY

Laís Caroline Kuss
Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

RESUMO:

A partir de meados da década de 1990, parte dos países do continente africano passa a viver o chamado "novo renascimento africano". Inserido neste fenômeno de superação de conflitos, fortalecimento de instituições e retomada do crescimento, Moçambique vem ganhando destaque como "modelo" para os países vizinhos. Neste contexto, o Brasil desenvolve estratégias que incluem o estreitamento de relações com os países africanos, permeado por diversos interesses econômicos, políticos e geopolíticos. Este estreitamento faz parte de uma estratégia mais ampla de política externa, que visa aumento de sua projeção internacional e uma maior multilateralidade do sistema internacional. Sob esta perspectiva, o objetivo principal do presente artigo é investigar os interesses estratégicos do Brasil em Moçambique entre os anos 2003 e 2013. A investigação é colocada em prática através da identificação de aspectos como: ações de aproximação diplomática, cooperação para o desenvolvimento, estreitamento de comércio e aumento de investimentos por parte de Brasil no período em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil-África; Moçambique; interesses estratégicos.

ABSTRACT:

Since the mid-1990s, some of the African countries start to live the so-called "new African renaissance". Within this phenomenon of overcoming conflicts, strengthening institutions and resumption of growth, Mozambique is gaining prominence as a "model" to neighboring countries. In this context, Brazil develops strategies including closer relations with African countries, allowed by various economic, political and geopolitical interests. This rapprochement is part of a broader strategy of foreign policy, aimed at increasing its international projection and multilateralism improvement in the International System. Under this perspective, the main objective of this article is to investigate brazilian strategic interests in Mozambique for 2003 to 2013. The research is placed into practice across identifying aspects like: actions of diplomatic repprochment, development cooperation, increased trade and investments by Brazil in this the period.

KEY-WORDS: Brazil-Africa, Mozambique, strategic interests.

INTRODUÇÃO

No início do século XXI o mundo assiste ao despontar da África como lugar de interesse por parte de diversos países. Neste cenário, o chamado "novo renascimento africano", fenômeno de superação de conflitos, fortalecimento de instituições e retomada do crescimento de parte dos países do continente contribui para que, sobretudo os países ditos emergentes (tais como Brasil), olhem para a África como um continente de oportunidades. Ao mesmo tempo, o "novo renascimento africano" não só chama a atenção dos emergentes mas é também impulsionado pelo interesse dos mesmos, que aportam ali investimentos e geram aumento do fluxo de comércio com os países africanos. Deste modo, o estreitamento de relações com países como o Brasil se apresenta como alternativa às relações africanas com os países desenvolvidos. Tal estreitamento vem carregado de interesses estratégicos tanto por parte do Brasil quanto dos países africanos.

Nesse contexto, Moçambique vem se destacando pela superação de metas de organismos internacionais e crescimento acima da média em relação aos outros países da África Subsaariana. Mesmo como um dos países mais pobres da África, o país tem apresentado uma melhora nos índices tanto econômicos quanto sociais e representa ponto estratégico por sua localização, pelas amplas relações históricas devido ao colonialismo português e pelo significativo potencial de desenvolvimento. É por estes motivos que, neste início de século, o país tem chamado atenção do Brasil que, por sua vez, se apresenta como um país emergente no cenário internacional e adota uma estratégia de projeção/ascensão internacional assertiva, por meio de crescimento econômico, expansão/estreitamento de suas relações ao redor do mundo e busca de maior multilateralidade do sistema internacional. O estreitamento de relações com os países africanos, no início do século XXI, que inclui Moçambique, faz parte desta estratégia.

Dado o exposto, o objetivo do presente trabalho é apresentar um estudo dos interesses estratégicos do Brasil contidos em suas ações de política externa voltadas para Moçambique entre os anos de 2003 e 2013. Para tanto, observam-se os seguintes aspectos: estreitamento de relações diplomáticas, incremento da cooperação para o desenvolvimento, incremento de investimento e aumento de fluxos comerciais, nas relações com a África e mais especificamente com Moçambique. Vale ressaltar que o período 2003-2013 foi escolhido, pois 2003 foi o ano de início dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e 2013 encerra o decênio. O governo de "Lula" encerrou-se no final de 2010, porém sua sucessora Dilma Rouseff não promoveu mudanças significativas na política africana do Brasil neste período.

No presente artigo parte-se da ideia de que os interesses estratégicos de um Estado podem ser observados/identificados por meio das ações e estratégias de sua política externa, pois elas orientam a atuação do Estado e são condicionadas por seus interesses e objetivos. Deste modo, o termo "política externa", instrumento através do qual o Brasil procura colocar em prática seus interesses estratégicos em Moçambique, pode ser definido como "o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações" (FREIRE e DA VINHA, 2011 *apud* FREIRE, 2012: 2).

O artigo divide-se em duas sessões. Na primeira, busca-se apresentar os principais fatores que tornam Moçambique um país atrativo para o estabelecimento de relações diplomáticas, investimentos externos, comércio e cooperação internacional por parte do Brasil, no período 2003-2013. Já a segunda é dedicada aos interesses e ações do Brasil em Moçambique, no que diz respeito a estreitamento de relações diplomáticas, incremento da cooperação para o desenvolvimento, incremento de investimentos e aumento de fluxos comerciais.

A ATRATIVIDADE DE MOÇAMBIQUE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Moçambique é um dos países africanos que nas duas últimas décadas experimentou uma onda de crescimento econômico. A partir da década de 1990, observa-se, segundo Flávio Sombra Saraiva (2012: 51-52), um "novo renascimento africano", a partir do qual, "(...) o continente africano assiste uma transição positiva para um novo patamar de inserção internacional no início do novo século". Este renascimento inclui a elevação da autoconfiança das elites, fim de conflitos armados, evolução nos processos de governança e bons resultados macroeconômicos, além de redução da pobreza e melhora em índices sociais. As reformas econômicas liberalizantes e a redução de vulnerabilidades externas são celebradas como sinal de sustentabilidade econômica (SARAIVA, 2012:52). Os resultados apontados por Saraiva levam atores internacionais de toda ordem a querer dividir, com os africanos, balanços e projeções acerca da última fronteira territorial da internacionalização econômica do capitalismo (SARAIVA, 2012:59).

O termo "renascimento africano" foi criado pelo antropólogo senegalês Chekh Anta Diop, quando das independências africanas. A receita do antropólogo para o desenvolvimento da África incluía união dos povos africanos e ruptura obrigatória do mito da "ajuda ao desenvolvimento", prezando pela independência dos países africanos, em todos os sentidos. O termo é, então, "reciclado" por Thabo Mbeki e passa a nortear, nos

anos 1990 a política sul-africana para a África, tornando-se, mais tarde, um programa de desenvolvimento para o continente e o primeiro componente da NEPAD (Nova Parceria Estratégica para o Desenvolvimento Africano), iniciativa conjunta dos países africanos, lançada nos anos 2000 (DÖPCKE, 2002:146; DIOP, 2010).

Segundo Döpcke (2002:147), a NEPAD aceita o discurso globalista liberal, dominante nos anos 90, e apresenta defesa do aumento das exportações e da ajuda externa, perdão de dívidas e atração de investimento externo. Ainda para o autor, o "renascimento africano" e a NEPAD são utilizados para renovar a inserção internacional do continente, explorando um discurso otimista e deixando para trás a ideia de "continente perdido", elemento que influencia na visão que o mundo possui da África (DÖPCKE, 2002:149). Portanto, em ambos os casos percebe-se uma "africanização" das propostas liberais, no sentido da aplicação de um modelo liberal ocidental ao continente. Ainda para Döpcke (p.149-150), a aplicação de um modelo liberal, por meio da NEPAD e do discurso de "novo renascimento africano" para atração de investimentos está imbuída de interesses, especialmente da África do Sul, que busca a liderança na região e utiliza seus vizinhos como lugares de investimento.

Por outro lado, para Almirante (2013:10), a essência do conceito de "renascimento africano", que é "peça chave da agenda intelectual pós-Apartheid", é a conquista de melhor qualidade de vida para os africanos, a partir de projetos e planejamento próprio, "sem tutela". Desta maneira, o "renascimento africano" congregaria forças internas, crescente solidariedade internacional (interafricana) e elementos materiais, tais como o avanço da democracia, fortalecimento da União Africana, comprometimento dos líderes africanos com o desenvolvimento e exploração e agregação de valor aos recursos naturais. No mesmo sentido, para o autor, a ideia envolve aspectos culturais, históricos e políticos.

Outro elemento fundamental do "renascimento africano", como projeto de autonomia dos países africanos é a unidade política do continente, sublinhada por Anta Diop (*apud* ALMIRANTE, 2013:11). De acordo com ele: "a problemática do renascimento africano é estruturado a partir de uma identidade cultural existente em que o seu sucesso depende da unidade política entre os africanos" (ANTA DIOP *apud* ALMIRANTE, 2013:11). Assim, é necessário valorizar as construções genuinamente africanas (ALMIRANTE, 2013).

Também para Mbokolo (*apud* CALICH, 2013) o "renascimento africano" constitui-se como processo de construção nacional, um processo endógeno, atingido por meio de uma diplomacia pan-africana e mecanismos internos para resolver seus conflitos. De

outro modo, não como projeto, mas a partir dos resultados apresentados pelo "novo renascimento africano", o termo foi apropriado a nível internacional como sinal de novos tempos na África, a fim, sobretudo, de atrair investimentos para o continente.

O potencial da África, ainda a ser explorado, com custos baixos (enquanto em outras regiões como América Latina e Ásia eles tornam-se mais altos) e a atual melhora de índices econômicos e sociais, fazem do continente uma região atrativa para os investidores mundiais. Ademais, a grande população africana (10% do planeta), com projeção de maior crescimento nas próximas décadas, tem despertado o interesse como mercados consumidores em potencial e parceiros políticos importantes, sobretudo em foros multilaterais.

O chamado "novo renascimento africano", como período de bons resultados no continente, se deve, em parte, ao contexto e iniciativas internas e, em parte, ao contexto internacional. Para Saraiva (2012:77), o Sistema Internacional vê a emergência de uma "governança sincrética", que combina o poder das velhas potências com o poder dos BRICS e de novos atores, o que favoreceu os países africanos. Soma-se a isto, a busca e construção de autonomia decisória e parcerias mais horizontais com os velhos e novos parceiros, por parte das lideranças destes Estados. Podemos citar como exemplo o equilíbrio entre os investimentos externos em Moçambique, vindos dos países desenvolvidos e aqueles vindos das economias do Sul (SARAIVA, 2012: 71, 73)[1].

O desenvolvimento de Moçambique insere-se neste contexto, sendo apontado nos relatórios das agências internacionais como país que apresenta potencialidades econômicas únicas (IMF & BIRD *apud* SARAIVA, 2012:65-66). "Em 1998 foi considerada a economia que mais crescia na África [...] [e] ultrapassou, nos últimos anos, todas as metas estabelecidas pelas instituições financeiras internacionais", apesar de seguir exportador de produtos primários e dependente economicamente da África do Sul e de doações externas (SARAIVA, 2012:70).

De acordo com o documento "Moçambique: análise do clima de investimento", publicado pelo Banco Mundial (2009:2), Moçambique: "Alcança louvável estabilidade econômica, junto com uma prudente e estável continuidade da política económica, bem como de um uso coordenado e cada vez mais eficiente da considerável assistência internacional", fatores que contribuíram para um crescimento económico com média de 7,8 por cento, entre 1992 e 2006. Em 2013, o país apresentou crescimento econômico de 7%, impulsionado pelos setores de transportes, comunicações, serviços financeiros e extrativismo. Apresentou, no mesmo ano, fluxos de Investimento Externo Direto de US$ 5,9 mil milhões e aumento de reservas internacionais, que chegaram a USD 404 mi-

[1] O gráfico que ilustra este equilíbrio pode ser encontrado em SARAIVA, op cit., p.71.

lhões (Banco Mundial, 2014). A previsão do crescimento do PIB de Moçambique (7,2%) é superior à previsão de crescimento para a África Subsaariana (5,5%) (CARVALHO e COELHO,2011:5)[2].

Alguns apontam como fato crucial para o crescimento moçambicano a "Era Mandela" e a decisão da África do Sul em investir no país, neste período em que adotou-se uma estratégia de expansão de seu capitalismo (SARAIVA, 2012: 69). Todavia, o fim da guerra civil, em 1992, e as primeiras eleições democráticas no país, em 1994, com certeza foram essenciais para sua estabilização. Para Saraiva (SARAIVA, 2012:69) as elites moçambicanas, tiveram o mérito de reconstruir o Estado após a guerra, "(...) sem fragmentações fratricidas, sem pressão das diferenças étnicas, sem separatismos regionais nem banindo sublevações", o que contribui na formação de contatos internacionais e inibição de fatores de desestabilizações internas.

De acordo com Carvalho e Coelho (2011: 1) "[...] [O] rápido crescimento do país está ainda relacionado com sua reduzida base de partida, dado que Moçambique permanece um dos países mais pobres do mundo". Mesmo assim os indicadores sociais apresentam evolução desde o final de sua guerra civil. Exemplo disto é a redução real e representativa nos níveis de pobreza, com o índice de incidência de pobreza caindo de 69% em 1997 para 54% em 2003 (SARAIVA, 2012:70; Banco Mundial, 2009:2).

Ainda segundo o Banco Mundial (2009: 3), "A economia de Moçambique é pequena, relativamente aberta e integrada está estrategicamente posicionada como um canal para o comércio regional", o que, sem dúvidas, contribui para a atração de investimentos e incremento das relações comerciais. Representativo dessa capacidade de atração é a concentração do crescimento do país na última década nos chamados "megaprojetos", detidos por estrangeiros, com forte concentração de capital e orientados para a exportação (Banco Mundial, 2009). Deste modo, o aumento das exportações totais de Moçambique foi impulsionado pelo crescimento das exportações geradas pelos grandes projetos, que, sozinhas, aumentaram cerca de 27% em 2010, constituindo aproximadamente ¾ do total das exportações. Tendo isto, ressalta-se que a capacidade de atração de investimento externo e a exploração de recursos são consideradas determinantes para elevar o potencial de crescimento de uma economia (CARVALHO e COELHO, 2013:1,16).

[2] Outro ponto que tem chamado atenção é a redução continua da vulnerabilidade externa de Moçambique. Entre 2009 e 2010, houve redução do déficit da balança de pagamentos (de 7,44% para 5,66%) e na necessidade de financiamento externo, devido ao saldo extremamente positivo na balança de transferências correntes (6,87% em 2010) e na balança de capital (3,6% em 2010) (OCDE apud SARAIVA, 2012:71; CARVALHO e COELHO, 2011:15). Este ponto, porém, torna-se mais relevante domesticamente e não um atrativo externo, já que o país ganha poder de barganha diante dos investidores estrangeiros.

O impulso para o crescimento de Moçambique vem principalmente de investimentos estrangeiros nos setores de energia e recursos naturais. "O país tornou-se um destino de referência mundial para evoluções na indústria mineira e de gás natural". (Banco Mundial, 2014). Neste contexto, Saraiva (2012:70) afirma que as elites tem assumido uma postura pragmática, aceitando investimentos produtivos "de onde puderem vir". Com a descoberta de novas reservas de gás, o país, que já é o quarto produtor mundial de gás natural, pode tornar-se o possuidor da quarta maior reserva do produto no mundo. De acordo com a consultora francesa Strategico "a exploração deste recurso poderá tornar o país numa importante referência no sector energético nos próximos anos" (CARVALHO e COELHO, 2013:5).

O investimento externo representou em 2010 8,08% do PIB de Moçambique. Do total de crescimento 93% representaram o crescimento do setor extrativo, setor cuja produção aumentou 40,8% em volume no ano de 2012. O setor extrativo correspondeu a 1,7% da produção total interna no mesmo período (CARVALHO e COELHO, 2011:17). Já o setor de transportes e comunicações, segundo setor em crescimento no mesmo ano, aumentou sua produção em 10,4% e correspondeu a 12,3% do PIB. Tais dados são o reflexo do "boom" de crescimento do setor extrativo em relação aos demais, mesmo que ainda ocupe pequena parcela do PIB moçambicano.

Mesmo com o destaque conferido aos recursos no que diz respeito a atração de investimentos externos, os incentivos fiscais para grandes investimentos (como isenção de pagamento de IVA sobre bens de capital e impostos reduzidos sobre a atividade empresarial), proporcionados pelo governo de Moçambique, também servem como atrativo ao capital mundial. Outro atrativo para os investidores é a decisão do governo em criar sete zonas francas industriais (CARVALHO e COELHO, 2013:3, 5), como o Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que conta com acesso rodoviário, suprimento de energia elétrica e ligação por ferrovia até o vizinho Malauí (ACIST, 2014:6)[3].

Apesar da melhora nos índices sociais e econômicos e do otimismo que ronda o "novo renascimento africano", não se deve esquecer de que este fenômeno não diz respeito ao continente africano como um todo. É um processo pelo qual passa uma pequena parte de países da África Subsaariana, no qual incluímos Moçambique. Ademais, existem muitas contradições e questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento a ser seguido por estes países, já que, por vezes, os índices alcançados e o discurso do "re-

[3] Além dos recursos, melhora de índices econômicos e sociais e dos incentivos fiscais, Moçambique tem um grande potencial turístico, destacando-se as zonas propícias ao mergulho nos seus mais de 2 mil km de litoral, e os parques e reservas de animais no interior do país (ACIST, 2014:6). Este potencial, no entanto, parece não estar se traduzindo na atração externa de investimentos ou melhora na balança comercial e, por isso, não é tratado neste trabalho.

nascimento" são utilizados apenas para atrair a atenção dos investidores internacionais enquanto a maior parte da população permanece excluída do crescimento econômico do país em que vive.

No mesmo sentido, Bellucci (2006), economista africano e crítico do modelo de desenvolvimento que Moçambique tem adotado, afirma que em 2006 o Índice de Pobreza Humana de Moçambique ainda era o mais baixo da África Austral e que o país nunca "esteve tão dependente e com tanta miséria (BELLUCCI, 2006:130). Segundo o autor, boa parte do lucro com os megaprojetos vai para remessas de lucro ao exterior e para o pagamento de serviços da dívida aos credores internacionais, portanto, não impactam a renda nacional de maneira positiva. Além disto, as exportações de indústrias de mão de obra intensiva, para as quais Moçambique representa lugar propício (mão de obra barata e abundante, ambiente tributário favorável e localização geográfica), são indústrias com capital volátil, sensíveis a aumentos de salários, capazes de tirar parte da população da pobreza. Para ele, o atual crescimento econômico do país, beneficia apenas o capital internacional e uma pequena elite (BELLUCCI, 2006).

As agências internacionais, por sua vez, destacam que a infraestrutura física permanece importante constrangimento às atividades econômicas e há ainda desafios como a debilidade das estruturas de governança e os baixos índices sociais, porém, afirmam que Moçambique está no caminho certo para seu desenvolvimento (Banco Mundial, 2009:11-12).

Neste cenário, Moçambique procura usar seus bons resultados para melhor inserir-se na economia mundial, enquanto segue como um dos países do mundo que mais depende de ajuda internacional (CARVALHO e COELHO, 2011:10). Na busca de uma melhor inserção internacional, podem-se destacar os esforços diplomáticos do governo moçambicano narrados pela jornalista Amanda Rossi (2015), sobretudo na busca por atração de investimentos brasileiros no país.

Pelo exposto, compreende-se que a África (e Moçambique em particular) é lugar de interesse para aproximação diplomática, comercial e para investimentos por parte de outros países, bem como possui seus próprios interesses nestas relações. Assim, no capítulo seguinte, procurar-se-á mostrar os interesses e de que maneira o Brasil está atuando em Moçambique, com foco no período 2003-2013.

INTERESSES E ATUAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE (2003-2013)

Durante os governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva e o início do governo de Dilma Rouseff, o Brasil passou por um estreitamento das relações não só com Moçambique, mas com o continente africano como um todo. Como parte do foco do governo Lula no "Sul global", a partir do qual buscava, segundo França (2013:52) "aparente alinhamento para construir uma 'nova ordem mundial'", o interesse do Brasil pela África foi renovado, sendo estruturado em bases mais sólidas, como parte do objetivo maior de ampliar o perfil global do Brasil.

A Política Externa Brasileira (PEB) passa então por uma mudança de ênfase em certos temas e é utilizada para alçar o Brasil à condição de ator global com maior influência e protagonismo no cenário internacional. É o que pensam Tulio Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007), que caracterizam a PEB dos governos "Lula" pelo termo "autonomia pela diversificação", através do qual se preservaria a autonomia do país e se buscaria diversificação de parcerias, num maior equilíbrio nas relações com o Norte e ênfase nas relações Sul-Sul. Para os autores (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007:291), esta estratégia, adotada por Lula para a PEB, tem como pilares: contribuir para a busca de um maior equilíbrio internacional, fortalecer relações bilaterais e multilaterais para aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais, adensar relações diplomáticas para aproveitar possibilidades de cooperação, evitar acordos que possam comprometer, a longo prazo, o desenvolvimento.

Vigevani e Cepaluni (2007) acreditam ainda que a política externa dos governos Lula reflete posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores, acumuladas desde a sua formação, como a inclusão de temas sociais na agenda internacional. Assim, o pensamento destes autores ajuda a pensar a política africana do Brasil, pois nesta relação, o discurso de "dívida histórica" e de solidariedade com o povo africano aparecem com frequência.

Caracterização semelhante da política externa, bastante utilizada, é feita por Amado Cervo (2003), através dos paradigmas históricos da PEB. Tais paradigmas inserem o chamado Estado Logístico como parte das características da política externa do governo Lula. De acordo com Cervo, algumas das características do Estado logístico são: uma inserção internacional autônoma com interesses diversificados, a superação de assimetrias no cenário internacional e o dever do Estado em defender os interesses da sociedade. Neste sentido, assim como ocorre muitas vezes com as empresas brasileiras na África, no Estado Logístico o Estado dá apoio logístico aos empreendimentos, a fim de

robustecê-los em termos comparativos internacionais e cria meios de poder para fazer valer vantagens de natureza intangível (tecnologia, capacidade empresarial, etc.). Tais características fazem com que a reaproximação do Brasil com a África esteja inserida neste paradigma.

A justificativa brasileira para a reaproximação com os países africanos como um todo, após um período de relações mornas nos anos 1980 e 1990, vem de um melhor entendimento da importância da África para a estratégia de inserção internacional do país e do "novo renascimento da África" que trás nova visibilidade para o continente no cenário internacional. As pesquisas brasileiras com foco na relação Brasil-África destacam diversos interesses que poderiam ter motivado esta estratégia de reaproximação. Para o Banco Mundial e o Ipea (2011:3) e, de maneira semelhante, para Berndt (2011:37) o interesse pela África inclui tanto ambição geopolítica como interesses econômicos. França (2013:60) relembra que o estreitamento de relações com a África foi um compromisso de campanha de Lula com a população afro-descendente e que, contudo, a aproximação com a África "(...) só pode ser compreendida quando se pensa nas estratégias políticas e econômicas de expansão do capital brasileiro". Já Visentini (2009:10) coloca duas hipóteses: discurso político (diplomacia de prestígio) e interesses econômicos (*soft imperialism*) ou associação de duas periferias em busca de desenvolvimento (solidariedade do sul).

Neste contexto, aparecem dois discursos de solidariedade com a África: o dos laços culturais e históricos e o das afinidades étnicas e culturais com os países de língua portuguesa (Ipea e Banco Mundial, 2011:29). Estes, diferenciam o Brasil, sobretudo, de China e Rússia, e são somados a desafios comuns enfrentados pelo Brasil e a maioria dos países africanos, como pobreza rural, cidades sem planejamento, condições climáticas, concentração da economia na exploração de recursos naturais e questões como infraestrutura, reforma agrária, justiça e distribuição de renda (VIEITAS e ABOIM, 2013:33).

Na posição comum de país em desenvolvimento, o Brasil aparece como modelo de crescimento econômico, estabilidade e sistema democrático de governo, redução da pobreza, queda do desemprego, política ambiental e ênfase crescente nas questões de direitos humanos e igualdade racial. A mensagem de Lula de que o Brasil deveria ser visto como parceiro de confiança provocou aumento do interesse em aprender com as experiências de sucesso do Brasil (FRANÇA, 2013:54, 65) e assim, desde 2005 os projetos de desenvolvimento brasileiros tem sido parte essencial da estratégia dos países africanos (STUENKEL, 2013:31).

Durante o governo Lula foi criado um departamento específico para a África no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Departamento da África) e houve um significa-

tivo aumento das embaixadas nos países africanos, tornando o Brasil é o sétimo país do mundo com mais embaixadas na África (Ipea e Banco Mundial, 2011:44-45). Entre 2003 e 2013, houve ainda aumento da participação brasileira em comitês conjuntos, fóruns e reuniões ministeriais com países da África, com os quais sustenta um discurso conjunto de crítica às assimetrias mundiais e pedido de fim dos subsídios agrícolas e barreiras protecionistas do norte (FRANÇA, 2013:66). Apoiadores de Lula sustentam que o país está se tornando um advogado dos interesses africanos no sistema internacional, mas isto se torna controverso, pois com frequência os interesses do Brasil divergem dos interesses destes (STUENKEL, 2013:31).

A cooperação técnica é uma das ferramentas de aproximação diplomática e promoção internacional do país (BERNDT, 2009:36) e pode ser vista como uma expressão do poder do Brasil (VAZ e INOUE, 2007:9). Esta ferramenta se encaixa em um instrumento mais amplo, a ajuda internacional/cooperação para o desenvolvimento (CPD), que o Brasil define como uma "parceria para o desenvolvimento", enfatizando esforços e benefícios mútuos/compartilhados (VAZ e INOUE, 2007:9). Neste sentido, a CPD brasileira orienta-se por um conjunto de princípios: diplomacia solidária, atenção as demandas dos países em desenvolvimento, evitar condicionalidades diretas e transferências diretas de dinheiro, abordagem abrangente e participação ampla, que estão em linha com sua constituição e sua política externa tradicional (Ipea e Banco Mundial, 2011:38-39). Dito alinhamento com a constituição, no caso da CPD com a África, para França (2013:59-60) diz respeito, sobretudo, aos princípios de "diplomacia solidária" e "não-indiferença". Por fim, Esteves *et al* (2012) acrescentam como princípios da CPD brasileira: transferência de conhecimento, capacitação de recursos humanos, consideração de particularidade de cada país e alocação e emprego de mão de obra local.

Em sua cooperação internacional o Brasil quer ser visto como "parceiro de confiança" e seu diferencial é a concentração em pequeno número de projetos e desenvolvimento em ritmo lento, mas certo. Assim, o Brasil prefere a assistência técnica, projetos de cooperação e outros instrumentos, em linha com o princípio de evitar transferências diretas de dinheiro. As principais agências parceiras do Brasil neste tipo de CPD são a EMBRAPA, a Fiocruz, Ministério da Saúde e SENAI (Ipea e Banco Mundial, 2011:36, 40, 105). Outra característica da CPD brasileira é a ênfase na cooperação multilateral (MILANI e CARVALHO, 2013:19).

Como um dos maiores doadores do Programa Mundial de Alimentos da ONU desde 2011, o governo brasileiro procura aplicar no exterior as políticas sociais domésticas que tem contribuído para a redução da pobreza internamente. No período em questão a

África tornou-se a região que recebeu maior valor em projetos de cooperação do Brasil. Em 2010, foram 60% do total (Ipea e Banco Mundial, 2011:45). A maior parte dos recursos vai para os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e em muitos casos os projetos são executados em estreita colaboração com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Isso acontece porque, como parte da reaproximação com a África e do engajamento da política externa brasileira na diversificação de parcerias a CPLP aparece, junto com o MERCOSUL, como uma das prioridades do governo Lula, o que não teve mudanças significativas no governo Dilma (FRANÇA, 2013:67).

Nesse sentido: "A forte prevalência dos países de língua portuguesa reflete uma diretriz *ex ante* da ABC, mas ao mesmo tempo é muito reforçada pela facilidade linguística para formular e implantar projetos conjuntos e também pelas próprias viagens presidenciais" (BERNDT, 2009:54). A importância das viagens presidenciais fica clara no livro "Moçambique: o Brasil é aqui" (2015) no qual a jornalista Amanda Rossi apresenta o ativismo, não só do presidente Lula e de Celso Amorim, mas também de presidentes moçambicanos, como Joaquim Chissano, nas relações Brasil-Moçambique, como já exposto na seção anterior.

Os PALOP são a "porta de entrada para o continente africano" (BERNDT, 2009:55) e os esforços de cooperação direcionados a eles são os únicos que possuem um orçamento específico dentro da ABC (US$3,25milhões para 2007, do total de US$17,5 milhões para toda a cooperação internacional do Brasil). A cooperação com os PALOP tem como focos a educação profissional, a saúde e a educação. Dentre estes, podemos citar diversos exemplos, tais como a ajuda no estabelecimento de um fundo dentro da CPLP para promoção da língua portuguesa na África e no Timor Leste e a realização da 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em 2006 (VAZ e INOUE, 2007:7, 15; STUENKEL, 2013:32; FRANÇA, 2013: 61).

Em Moçambique, o Brasil construiu um laboratório para produção de genéricos em parceria com a FIOCRUZ, que é o maior projeto de cooperação para o desenvolvimento, em volume de recursos, executado pelo Brasil, no valor de US$23 milhões. Foi em Moçambique que a FIOCRUZ abriu seu primeiro escritório internacional em 2008. Na área agrícola, a EMBRAPA colabora com o governo moçambicano em três programas de cooperação técnica: Plataforma (inovação agrária, em parceria com o Instituto de investigação agrária de Moçambique e a agência dos EUA para o desenvolvimento internacional), ProSavana (desenvolvimento agrícola no corredor de Nacala) e ProAlimentos (apoio técnico em nutrição e segurança alimentar). Já na área de capacitação profissional, há um centro de ensino profissionalizante do SENAI em Moçambique, que presta apoio de

capacitação técnica local e também às empresas brasileiras atuantes localmente, como à Vale. Outras áreas (ou projetos) brasileiras de cooperação, voltadas ou que abarcam Moçambique são: cooperação na área de biocombustíveis com Angola e Moçambique, projetos na educação superior como a Universidade aberta de Moçambique, a Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, no Ceará), o PEC-G e PEC-PG; e, na área de esportes, o exemplo é um projeto de incentivo a prática do futebol (Ipea e Banco Mundial, 2011: 65-66; VIEITAS e ABOIM, 2013:31).

Também o setor privado recebeu forte apoio para atuar na África, através de financiamento público, missões de comércio e investimento (Ipea e Banco Mundial, 2011:105). Neste sentido, o BNDES possui carteiras de crédito para investimentos no exterior, como o Proex e suas modalidades e para as pequenas e médias empresas, a Apex-Brasil promove feiras internacionais. Nas palavras de Vilas-Bôas, "[n]o governo Lula, a instalação de empresas brasileiras teve um papel importante nas relações com a África, pois foram vistas como instrumentos para fortalecer os laços com os países do continente, sendo favorecidas pela política diplomática presidencial."(*apud* FRANÇA, 2013:77). A partir de Rossi (2015) podemos ver, por exemplo, os esforços governamentais na concessão da exploração de carvão em Moatize à Vale.

Entre 2000 e 2010 a África aumentou sua participação nos fluxos de comércio brasileiros, de 3,83% para 5,32%, a África Subsaariana sozinha corresponde a 3,18%. No aspecto comercial, os PALOP não possuem destaque nas relações com o Brasil (Ipea e Banco Mundial, 2011:93, 100), porém em 2012 o comércio entre Brasil e Moçambique ascendeu a US$146 milhões [4]. O aumento do comércio em si pode não ser caracterizado como política externa, porém, quando analisado em um contexto geral, de estratégia de aproximação do governo brasileiro com Moçambique e, considerados os esforços de apoio do governo para que suas empresas investissem e promovessem trocas comerciais com países africanos, podem-se estabelecer relações entre a PEB e o aumento do comércio com Moçambique.

Segundo Vilas-Bôas (*apud* FRANÇA, 2013:78), "as empresas brasileiras estão presentes em vinte e dois países do continente, sendo os setores mais consolidados os de mineração e construção civil, e o setor das pequenas e médias empresas e das franquias aquele com os maiores potenciais para o futuro". Em Moçambique as empresas brasileiras tem se concentrado na exploração de petróleo e gás, construção civil, mineração e agroindústria (P&D) (VIEITAS e ABOIM, 2013:30).

[4] Câmara de Comércio Brasil-Moçambique. Comércio entre Moçambique e Brasil ascendeu a 146 milhões de dólares em 2012. Disponível em:<http://www.ccbmz.com/CCBM/Noticias/Entradas/2013/2/4_Comercio_entre_Mocambique_e_o_Brasil_ascendeu_a_146_milhoes_de_dolares_em_2012.html>. Acesso em: 10/03/2013.

O Brasil possui de modo geral, iniciativas privadas, em um modelo não coordenado, condicionado por considerações de risco comercial e risco soberano, ainda que com apoio do BNDES e do governo. Elas recebem ainda incentivo para desenvolver projetos de qualificação de mão de obra e para construção de escolas, habitações, hospitais e postos de saúde para os trabalhadores. As empresas brasileiras na África concentram-se na utilização de mão de obra local, o que tem gerado "externalidades positivas para as comunidades desses países". A brasileira Odebrecht é hoje o maior empregador privado em Angola e nas operações da Vale em Moçambique a maioria dos empregados são locais (Ipea e Banco Mundial, 2011; VIEITAS e ABOIM, 2013:23; STUENKEL, 2013:36)

O Brasil tem tido um papel de destaque como investidor em Moçambique. Segundo estudo da KPMG. Em 2010 o Brasil representou 42,5% dos investimentos recebidos pelo país, sendo, portanto, seu maior investidor. Em 2012, o Brasil repetiu a marca, representando 25% do total investido em Moçambique (VIEITAS e ABOIM, 2013:29; CARVALHO e COELHO, 2011:18; CARVALHO e COELHO, 2013:6).

As dificuldades institucionais e logísticas resultam na concentração do investimento brasileiro em grandes empresas, principalmente a Petrobrás, grandes construtoras e a mineradora Vale (VIEITAS e ABOIM, 2013: 22). As grandes empresas estão lá desde a década de 1980 e pequenas e médias só recentemente, com importante papel dos bancos de desenvolvimento nesta ida (Ipea e Banco Mundial, 2011:85).

No PALOP da África Austral, as pequenas e médias empresas brasileiras estão presentes por meio de usinas de açúcar (Ipea e Banco Mundial, 2011:92), talvez impulsionadas pela produção de biocombustível. Em dezembro de 2011, a Petrobras Biocombustível e a Guarani assinaram com a estatal Petróleos de Moçambique (Petromoc) um protocolo de intenções para produzir e comercializar etanol feito a partir de melaço, um subproduto do açúcar (VIEITAS e ABOIM, 2013:30).

O projeto mais importante para o Brasil em Moçambique recentemente parece ser a concessão da reserva de carvão de Moatize, conseguida pela Vale, e que previa investimentos de USD2 bilhões até 2014. A empresa adquiriu ainda 51% da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte S.A., com o objetivo de expandir o corredor ferroviário de Nacala (que servirá para escoamento do carvão de Moatize até o Malaui). Não só pela magnitude e repercussão do projeto, Moatize também agrega outras empresas brasileiras que já estão em Moçambique, para obras no projeto e que estão relacionadas a ele. São estas: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Diagonal consultoria.

Outras empresas brasileiras presentes no país são: Galvão Engenharia, OAS, Eletrobrás (VIEITAS e ABOIM, 2013:30-31; STUENKEL, 2013:35). Pela demanda de cooperação internacional, a Caixa Econômica Federal tem presença em Angola e Moçambique, com projetos de habitação (Ipea e Banco Mundial,2011:85). A facilidade do idioma comum fazem de Angola e Moçambique países onde o Brasil mais possui negócios na África, além da África do Sul, devido a seu desenvolvimento (VIEITAS e ABOIM, 2013:20). Porém, esta estratégia pode ser, ao mesmo tempo, a maior fraqueza brasileira, pois, assim não há necessidade de adaptação a outros países. (STUENKEL, 2013:34).

A estratégia e a atuação do Brasil para a África durante os governos Lula consistiram, pelo observado, no estreitamento de relações diplomáticas, apoio a empresas para o aumento dos fluxos comerciais e de investimento (consequência também do estreitamento diplomático), maior participação em foros e outras instâncias de diálogo multilateral que envolve países africanos (e aliança com estes em foros de participação já ativa, como no sistema ONU) e prioridade à África em termos de CPD. Segundo Visentini (2009:11), o "Brasil pode ser um parceiro importante para o continente africano se puder superar alguns obstáculos internos políticos, econômicos e sociais", já que "precisa de parceiros mais fortes no caminho para construir uma nova ordem mundial multipolar e multilateral".

Nas relações Brasil-África, a diplomacia de prestigio é importante para ambos os lados, porque alianças bilaterais e ações comuns multilaterais são vitais para dar um *upgrade* nas capacidades internacionais dos países africanos. Não só para balancear desafios e oportunidades da assimetria das relações com Europa e América do Norte, mas também com as novas Índia e China, o que é uma pré-condição para o desenvolvimento social e econômico africano (VISENTINI, 2009:11). Para Saraiva (2012:103), que junto com Visentini é um dos entusiastas das relações do Brasil com os países africanos, "(...) o consenso cresce no sentido de que as decisões brasileiras de agir na África se conformam aos interesses nacionais, especialmente no campo empresarial e estratégico, e aos valores de solidariedade"; ainda para ele: "A nova África coincidiu com o Brasil global" (SARAIVA, 2012:125).

Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo respondendo a interesses tanto de Brasil quanto de Moçambique, por vezes o fruto destas relações é criticado por atingir apenas interesses da elite moçambicana, principalmente no que diz respeito a atuação de empresas brasileiras no país e a projetos como ProSavana[5]. É o que mostra a narrativa de Amanda Rossi (2015), ao mostrar a visão de camponeses em Moçambique, que foram

[5] Segundo Amanda Rossi (2015) o ProSavana é o primeiro projeto brasileiro que mistura cooperação e interesses econômicos, pois pretende beneficiar tanto pequenos camponeses quanto o agronegócio.

retirados de suas terras devido ao trabalho da Vale ou que tem medo de serem forçados a sair de suas terras por causa da implementação do ProSavana, por exemplo. E também os trabalhos de Castel-Branco (2008) e Bellucci (2006), ao abordarem o baixo reflexo positivo dos megaprojetos na vida da população do país. Ainda, para Castel-Branco (2008) a elite moçambicana (sua burguesia nacional capitalista e membros do governo) tem interesse nos megaprojetos porque participam deles como acionistas, através de suas empresas. Neste sentido, para Hanlon e Mosse (2010) três prioridades conflitam na formação dos interesses nacionais moçambicanos: nacionalismo e desenvolvimento, classes e auto-interesse e a pressão internacional. Pelo exposto, o nacionalismo e desenvolvimento parecem estar ficando em segundo plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Hurrell (2006 *apud* COOPER e FLEMES, 2013: 946) China e Brasil e Índia tem expandido suas economias, possuem alto grau de poder político e potencial militar e capacidade de cumprir um papel influente na política global. Ademais, diante do mesmo cenário, de acordo com Visentini (2009:1), os mesmos três são os novos principais atores da política internacional na África[6]. Deste modo, os BRICS e outros países emergentes cumprem papel importante no crescimento da África, "contribuindo para o desenvolvimento e a prosperidade do continente" (Ipea e o Banco Mundial, 2011:13, 16, 18). No que diz respeito a Cooperação Sul-Sul[7] aparecem como "opção atraente", uma nova dimensão dos sistemas internacional, econômico, comercial e financeiro, sobre os quais os países africanos podem efetivamente exercer influência e opção de aumento do poder de barganha.

Dos anos 1950 até o final da década de 1990, as relações dos países do Sul com a África eram voltadas para as questões políticas, porém, a partir daí, com a reaproximação dos países emergentes com os africanos, no contexto do "novo renascimento" a ênfase deslocou-se para os interesses econômicos (Ipea a Banco Mundial, 2011). Deste modo, ao

[6] Pertencem ainda ao grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que reúne os chamados "países emergentes", sigla criada por Jim O'Neil, do banco Goldman Sachs e que se traduziu em uma coalizão, através de suas cúpulas e tomada conjunta de posições. O BRIC tem ganhado destaque, sobretudo como contrapeso ao poder dos EUA e da Europa, reunindo países com grande PIB, que representam maior parte da população do mundo. Mais recentemente, a África do Sul foi incluída no grupo.

[7] A cooperação Sul-Sul (CSS), pode ser utilizada como sinônimo de cooperação para o desenvolvimento entre os países do chamado "Sul", diferenciando-se da tradicional cooperação "Norte-Sul". De acordo com a UNCTAD (apud MILANI e CARVALHO, 2013:17), a CSS inclui: "o processo, as instituições e os arranjos concebidos com vistas a promover cooperação política, econômica e técnica entre países em desenvolvimento na busca de objetivos comuns de desenvolvimento". Da década de 1950 até o início do século XXI, foram institucionalizados foram institucionalizados ao menos três princípios para a CSS: não intervenção e não interferência; horizontalidade e beneficio mútuo; orientação pela demanda dos parceiros. Tanto Brasil quanto China possuem um escopo extra-regional de CSS (ESTEVES et al, 2012:58).

longo da última década os investimentos estrangeiros dos BRICS para a África, adquiriram relevância, principalmente por parte de China, Brasil e Rússia nos setores de petróleo, gás, energia, mineração e construção e telecomunicações (ESTEVES *et al*, 2012: 79). Segundo o Ipea e o Banco Mundial (2011:106), "existe a noção clara de que a África é um 'campo de batalha', onde as companhias brasileiras de mineração e construção civil competem com seus equivalentes chineses por mercados e recursos". No entanto, de acordo com Oliver Stuenkel (2013:35), enquanto a presença brasileira na África ainda é muito menor do que a chinesa, evidências indicam que os brasileiros são melhor vistos ao redor da África.

No mesmo sentido, segundo Berndt (2009: 55) o Brasil age de forma compatível com motivações humanitárias, é conhecido por seu discurso de "solidariedade do sul" e inclusão de temas sociais na PEB, diante do qual transparecem menos os interesses econômicos e mais interesses de cooperar para o desenvolvimento e aumentar sua projeção internacional.

A partir do exposto, observa-se que, no período em questão, o Brasil adotou uma estratégia de aumento de projeção e de poder no cenário internacional, utilizando como uma das ferramentas, o estreitamento de relações ao redor do mundo, sejam elas diplomáticas, comerciais, de investimento ou de cooperação para o desenvolvimento. No mesmo sentido, o governo brasileiro utiliza-se também do discurso de busca de um mundo mais multipolar e busca agir como líder dos países em desenvolvimento.

Neste contexto, coincidem a estratégia brasileira da "autonomia pela diversificação" e o "novo renascimento africano" e percebe-se que a reaproximação do Brasil com os países africanos faz parte de um contexto mais amplo, de crescente relevância dos países emergentes, sobretudo dos BRICS, no cenário internacional. A partir deste contexto, o "novo renascimento africano" contribui para que Brasil veja Moçambique como lugar atrativo para incentivar investimentos e comércio de suas empresas, devido a sua estabilidade política e econômica e a melhora de índices sociais e econômicos percebidos no período em questão.

Ademais, a estratégia de "autonomia pela diversificação", evidenciada no estreitamento de relações com a África, permitiu ao Brasil ao mesmo tempo, manter uma política de barganha e maior autonomia diante dos países do chamado "Norte" e legitimar políticas internas de cunho social, através de projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento. Dentro desta estratégia do Brasil, os PALOP aparecem como um de seus focos. Além de ser um dos PALOP, Moçambique também é visto como ponto localizado estrategicamente na região, rico em recursos, com grande potencial de crescimento ainda inexplorado e ávido por investimentos.

Ao considerar a atratividade de Moçambique e a estratégia brasileira de política externa durante o período, alguns dos interesses do governo brasileiro que parecem estar expressos em suas relações com Moçambique são: o desejo de exportação de um modelo de desenvolvimento (como forma de legitimação de projetos internos), acesso a mercados, busca de apoio em foros multilaterais (na construção de uma coalizão do sul), desejo por aumentar seu prestígio e poder de barganha na política internacional e expansão de capital.

Em relação as ações desenvolvidas em outros países da África Subsaariana, Moçambique aparece como parceiro central do Brasil na recepção de investimentos e cooperação internacional, sendo o receptor de boa parte da cooperação brasileira para toda a África. O país também foi destino de diversas visitas diplomáticas (presidenciais e ministeriais) e local onde o Brasil posicionou-se no período (em 2010 e 2012) como o principal investidor externo. Assim, a presente investigação mostra serem os aspectos mais relevantes para os interesses estratégicos do Brasil em Moçambique a aproximação diplomática, a cooperação para o desenvolvimento e o incentivo aos investimentos.

Algumas das justificativas para a reaproximação Brasil-Moçambique giram em torno de serem países de língua portuguesa, fazerem parte da CPLP e por Moçambique ser um dos que mais depende de ajuda internacional no mundo (portanto, um dos que mais recebe).

Ainda em comparação com as relações do Brasil com os demais países da África Subsaariana, não se observaram, na relação Brasil-Moçambique neste período, ações que se distanciassem, em forma, daquelas empreendidas nas relações com outros países africanos. Vale ressaltar que, de nenhuma maneira isto prejudica a importância de Moçambique como país estratégico para o Brasil, apenas demonstra certo padrão na estratégia e ações adotadas na política africana do Brasil, embora alguns países, como Moçambique, ganhem destaque.

Diante do exposto, em suas relações com Moçambique o Brasil apresenta características de uma política externa, sobretudo, de solidariedade e busca de prestígio. No que diz respeito à solidariedade, esta é permeada pela adoção de temas sociais em sua agenda de política externa e pela busca da consolidação de uma "coalizão do sul", durante os governos "Lula". Da mesma maneira, o Brasil parece ser visto pelos moçambicanos com bons olhos, como país de história comum e que tem superado desafios que tem em comum com o país da África Austral, além de utilizar prioritariamente mão-de-obra local.

As relações entre o Brasil e os Estados africanos passaram, entre 2003 e 2013 por um grande estreitamento. Do mesmo modo se estreitaram as relações de outros países

emergentes com os países africanos. Apesar disto, dois principais questionamentos tem sido feitos sobre estas relações: o primeiro diz respeito ao possível posicionamento de "*soft imperialism*" que estaria sendo levado a cabo pelo Brasil em relação aos países africanos, o segundo implica saber se o Brasil será capaz de fortalecer sua posição na região ao mesmo tempo em que mantém sua economia em crescimento, afim de não perder a influência conquistada durante os governos "Lula". Tais questionamentos não pretendem aqui serem esgotados, porém podem servir como agenda a pesquisas futuras, considerando, principalmente os contextos de críticas a diversos projetos brasileiros na África (tanto do governo quanto de empresas privadas) e de crise política e econômica no cenário doméstico brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMIRANTE, Silvio. (2013) **Por um renascimento moçambicano.** In: http://www.academia.edu/11679902/Por_um_Renascimento_Mo%C3%A7ambicano._S%C3%ADlvio_Almirante.2013. (acesso em 06 de setembro de 2015).

ACIOLY, Luciana, LIMA, Luis Afonso F. e RIBEIRO, Elton. (2011) **Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas**. Brasília: Ipea.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL (ACIST). **Análise de mercado de Moçambique**. In: http://www.acist.pt/publicacoes/estudos/dados_sobre_mocambique_vopen.pdf. (acesso em 24 de julho de 2014).

BANCO MUNDIAL E IPEA. **Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. In: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12637. (acesso em 14 de outubro de 2013).

BANCO MUNDIAL. **Moçambique: análise do Clima de Investimento (Outubro 2009).** In:http://siteresources.worldbank.org/INTMOZAMBIQUE/Resources/ICAsummarypt.pdf. (acesso em 24 de julho de 2014).

BELLUCCI, Beluce. (2006). **Tudo ou nada: a aposta do capital em Moçambique.** XXII Assembleia Geral Ordinária da CLACSO, IV Conferência Latino-americana e Caribenha de Ciências Sociais, 20 a 25 de agosto de 2006, Rio de Janeiro. In: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/sursur/lechES/08bellu.pdf. (acesso em 06 de setembro de 2015).

BERNDT, Priscila Pimont (2009). **A cooperação técnica internacional como instrumento da política externa brasileira: o Brasil como doador junto aos países africanos**. Monografia de conclusão do curso de graduação Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21484/000736660.pdf?sequence=1. (acesso em 23 de novembro de 2013).

CALICH, Ana Paula de M. (2013) **A inserção da África no Sistema Internacional: assimetrias e novas possibilidades.** Seminário brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre. In: http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1371479329_ARQUIVO_CALICH,AnaPaula.AinsercaodaAfricanosistemainternacional.pdf. (acesso em 06de setembro de 2015).

Câmara de Comércio Brasil-Moçambique. **Comércio entre Moçambique e Brasil ascendeu a 146 milhões de dólares em 2012**. In: http://www.ccbmz.com/CCBM/Noticias/Entradas/2013/2/4_Comercio_entre_Mocambique_e_o_Brasil_ascendeu_a_146_milhoes_de_dolares_em_2012.html. (acesso em 10 de março de 2013).

CARVALHO, Paula e COELHO, Nuno André (BPI investimentos). **Moçambique (julho 2011)**.In: http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11. (acesso em 29 de junho de 2014).

CARVALHO, Paula e COELHO, Nuno André (BPI investimentos). **Moçambique (junho 2013)**.In: http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11. (acesso em 29 de junho de 2014).

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2008). **Os Mega Projectos em Moçambique: que contributo para a Economia Nacional?** Apresentação no Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva, Maputo. In: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf. (acesso em 06 de setembro de 2015).

CERVO, Amado Luiz. (2003) Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. bras. polít. int**., Brasília , v. 46, n. 2. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso. (acesso em 22 de outubro de 2014).

COOPER, Andrew; FLEMES, Daniel. (2013). Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review. **Third World Quarte***rly,* 34:6. In: http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2013.802501. (acesso em 10 de outubro de 2014).

DIOP, Dialo. **O pensamento de Cheikh Anta Diop e as independências africanas**. In: http://pambazuka.org/pt/category/features/62675. (acesso em 07 de setembro de 2014).

DOPCKE, Wolfgang. (2002). Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African development. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 45, n. 1. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100006&lng=en&nrm=iso.(acesso em 07 de setembro de2014).

ESTEVES, Paulo Luiz M. L. *et al*. (2012). Cooperação Sino-Africana: tendências e impactos para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. *In:* **Economia, parlamentos, desenvolvimento e migrações**: as novas dinâmicas bilaterais entre Brasil e Europa. Rio de Janeiro : Konrad-Adenauer-Stiftung. In: http://bricspolicycenter.org/homolog/Job/Interna/152. (acesso em 24 de setembro de 2013).

FRANÇA, Julia Monteath de. (2013) **Diplomacia, economia e refúgio: faces da relação Brasil-África no inicio do século XXI**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graducao/ppge/Julia_Monteath_de_Frana_Dessertao.pdf. (acesso em 31 de maio de 2014).

FREIRE, Maria Raquel. (2012) **Repensar política externa: uma perspectiva pós-positivista. O caso da Federação Russa**. Universidade de Coimbra.In: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21520/1/Repensar%20pol%C3%ADtica%20externa%20uma%20perspetiva%20p%C3%B3s-positivista.pdf. (acesso em 06 de novembro de 2014).

GRUZINSKI, Serge. (2003). O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados.** 17 (49). In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300020. (acesso em 06 de novembro de 2014).

HANLON, Joseph e MOSSE, Marcelo (2010). **Mozambique's Elite – Finding its Way in a Globalized World and Returning to Old Development Models.** Working paper No. 2010/105 (United Nations University – World Institute for Development Economics Research). In: http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2010/en_GB/wp2010-105/. (acesso em 06 de setembro de 2015).

MILANI, Carlos e CARVALHO, Tássia. (2013) Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais.** 1(1): 11-35.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. (2004) **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** Petrópolis, RJ: Vozes. Cap. 3 p.111-170.

ROSSI, Amanda. (2015) **Moçambique, o Brasil é aqui.** Rio de Janeiro: Record.

VAZ, Alcides Costa; INOUE, Cristina Yumie A.. (2007) **Emerging Donors in International Development Assistance: The Brazil Case**. Relatório de pesquisa, Partnership & Business Development Division (PBDD), International Development Research Centre (IDRC). In:http://www.idrc.ca/EN/Documents/Case-of-Brazil.pdf. (acesso em 23 de novembro de 2013).

VIEITAS, Deborah; ABOIM, Isabel.(2013) África: oportunidades para empresas brasileiras. Revista **Brasileira de Comércio Exterior**, n.116. In:http://www.bcgbrasil.com.br/Imprensa/Documents/Africa%20-%20oportunidades%20para%20empresas%20brasileiras%20_Revista%20Brasileira%20de%20Comercio%20Exterior.pdf. (acesso em 22 de outubro de 2014).

VIGEVANI, Túlio; CEPALUNI, Gabriel. (2007). A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, 29(2). In: http://www.academia.edu/170535/A_Pol%C3%ADtica_Externa_de_Lula_da_Silva>. (acesso em 22 de novembro de 2014).

VISENTINI, Paulo Fagundes. **South-South Cooperation, prestige diplomacy or "soft imperialism"? Lula's governament Brazil-Africa relations**. In:http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1706/31. (acesso em 23 de novembro de 2013).

SARAIVA, José Flávio Sombra. (2012). **África parceira do Brasil atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.

STUENKEL, Oliver. **Brazil in Africa: Bridging the Atlantic?** (International Reports, Publications, Konrad-Adenauer-Stiftung). In:http://www.kas.de/wf/doc/kas_33516-544-2-30.pdf?130218102618.(acesso em 31 de agosto de 2014).